



Entre a formação e a prática docente: a filosofia vai à escola

POR M. DULCINEA DA S. LOUREIRO Y
M. ELYARA L. DE OLIVEIRA

mdslou@uol.com.br
elyaraoliveira10@gmail.com

Considerações iniciais

Caminhar não só para encontrar o que está feito, mas também para promover o que está por fazer. Caminhar para descobrir a estrada aberta, mas também para abrir a estrada fechada, e elaborar a resposta desejada. Se o mundo atual não corresponde aos anseios da humanidade, existe a possibilidade de transformá-lo para que responda às exigências humanas. (Arduino)

Arduino (1987) inicia o texto *Estradeiro* com a afirmação de que o “homem é capaz de partir e de chegar. Mas, o que o define mesmo é a estrada”. A imagem da estrada e do homem como estradeiro irá nos guiar nesse diálogo a propósito do ensino da Filosofia no nível médio. A estrada, o horizonte, a possibilidade e a mobilidade, como termos que devemos ter em mente quando nos propomos a construir um trajeto, ou melhor, trajetos para que a Filosofia no ensino médio possa de forma expressiva contribuir para a formação dos jovens.

Das últimas décadas do século XX até os dias de hoje vivenciamos um processo de crítica e construção de caminhos para a consolidação da Filosofia com disciplina no Ensino Médio. A determinação da obrigatoriedade dessa disciplina a partir da legislação representou um passo importante nessa jornada, uma vez que as instituições escolares tiveram que adaptar seu currículo às determinações legais. Entretanto, só a inclusão não garante de *per si* que a Filosofia possa ocupar um espaço significativo na formação dos jovens.

Esse processo de inclusão da disciplina nesse nível de ensino traz à tona questões pedagógicas que procuram dar conta das problemáticas: O que ensinar? Para que



ensinar? Como ensinar? e Por que o ensino desta disciplina?, que por sua vez envolvem: concepções de Filosofia; compreensão dos processos de ensino/aprendizagem e elucidação dos contextos e pressupostos sociais, políticos e econômicos que conformam as proposições legais para o ensino da Filosofia. Desta forma, a problemática do ensino da Filosofia é filosófica, pedagógica e política.

Nesse artigo, teceremos algumas reflexões sobre o papel, as dificuldades e os limites da disciplina no ensino médio tomando por referência¹ os planos de curso dos professores, as entrevistas realizadas com os mesmos e as Orientações Curriculares Nacionais - OCNs.

Entre o legal e o real: a filosofia no ensino médio

A luta histórica pelo lugar da Filosofia no ensino médio, que se iniciou em meados dos anos 70, do século XX, quando a Lei 5.692/71 retirou essa disciplina do currículo da Educação Básica, ganhou força nos anos 80 com a realização de Congressos (regionais e nacionais), Encontros e Seminários. Esse movimento questionava a exclusão da disciplina dos currículos e o caráter escolástico que se revestiu a Filosofia no Brasil, defendendo uma filosofia crítica.

Nas duas décadas subsequentes, vários Estados brasileiros implantaram a disciplina no currículo, a partir de orientação dos Conselhos Estaduais de Educação. Concomitantemente, há a publicação de um número razoável de livros didáticos e materiais para o professor e, em junho de 2008, foi sancionada a Lei 11684, que reformulou o Artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei N° 9394/96, tornando obrigatório o ensino de Filosofia e Sociologia nos três anos do Ensino Médio. Contraditoriamente, portanto, a exclusão da Filosofia dos currículos oficiais com a LDB 5692/71 acabou por desencadear um processo que consideramos importante na nova configuração que a Filosofia passa a ter como disciplina na

¹ Este mapeamento foi o resultado da pesquisa “A Filosofia no ensino médio no município do Crato-Ce” financiada pelo CNPq entre março de 2011 a dezembro de 2012.



educação brasileira.

No Estado do Ceará, através da Secretaria de Educação – SEDUC, e respaldada pelo Conselho Estadual de Educação - CEE, desde os anos 90 do século XX havia a recomendação da inclusão das disciplinas Filosofia e Sociologia na parte diversificada do currículo, ficando a cargo das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação – CREDEs, a partir da disponibilidade das escolas, a inclusão. Dessa forma, segundo os dados da CREDE 18², anteriormente a obrigatoriedade legal, no município do Crato³ a implantação da disciplina já havia ocorrido em dois anos do ensino médio. Com a regulamentação por Lei a disciplina passou a constar nos três anos.

As OCNs⁴ (2008), conforme verificamos na análise dos planos de cursos e das entrevistas com os professores, norteiam a disciplina no tocante a concepção, as finalidades (competências, habilidades) e a organização curricular (conteúdo, avaliação, metodologias). Dessa forma, os conteúdos dos planos dos professores enfatizam a abordagem histórica da Filosofia. De acordo com o documento oficial, a defesa da centralidade da História da Filosofia apoia-se na convicção de que esta possibilita aos alunos a aquisição das bases do pensamento filosófico e do filosofar. Segundo o documento:

² No Estado do Ceará, a gestão da educação pública estadual é feita pela Secretaria de Educação e as 20 Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDEs) responsáveis pelas escolas estaduais do Ceará.

³ No município há 11 escolas estaduais de Ensino Médio de ensino regular e o Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA. A disciplina Filosofia está presente na grade curricular dos três anos com uma carga horária de uma aula por semana perfazendo um total de 40 horas por ano e 120 horas ao final do ensino secundário. O corpo docente conta com 17 professores que ministram a disciplina. Destes, 07 tem formação em Filosofia e o restante tem Licenciatura em Ciências Sociais e Geografia. Foram analisados os planos de curso dos 17 professores que lecionam a disciplina, e conseguimos entrevistar 08 professores. Para resguardar a identidade dos sujeitos, atribuímos aos mesmos nomes fictícios.

⁴ Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, tornou-se necessário reformulações em todos os níveis de ensino com vistas a adequar o sistema às novas determinações legais, tendo como aspiração atender às demandas dos acordos internacionais com vistas a consolidação das reformas neoliberais implementadas pelo Estado brasileiro a partir dos anos 80 do século XX. É nesse contexto que serão elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o ensino fundamental e as Orientações Curriculares Nacionais (OCNs) para o ensino médio, culminando com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o ensino superior.



(...) é recomendável que a história da Filosofia e o texto filosófico tenham um papel central no ensino da Filosofia, ainda que a perspectiva adotada pelo professor seja temática (...) Porém, é a partir do seu legado próprio, como uma tradição que se apresenta na forma amplamente conhecida como História da Filosofia, que a Filosofia pode propor-se ao diálogo com outras áreas do conhecimento e oferecer uma contribuição peculiar na formação do educando. (BRASIL, 2008, p.27)

Para que Filosofia?

Ao questionarmos os professores acerca do papel e da importância da disciplina para a formação dos jovens, identificamos um discurso marcado pelos termos “crítica”, “conscientização”, “cidadania” e “interdisciplinaridade”. Enfatizam que a crítica é inerente ao saber filosófico, assim, caberia à filosofia, nesse nível de ensino, desenvolver/aguçar a capacidade crítica dos jovens, o que vai ao encontro dos objetivos propostos nas OCNs.

A expressão “formação crítica”, comum na fala de todos os docentes, vem acompanhada da preocupação de que todas as disciplinas do ensino fundamental devem proporcionar aos educandos uma formação crítica nos aspectos cognitivos, políticos e morais, preparando-os para o mercado de trabalho, possibilitando o pleno desenvolvimento de suas competências de aprendizagem, de sua autonomia e do pensamento crítico, conforme enfatiza o texto do documento das OCNs (2008). Segundo o depoimento do professor Ronaldo:

[...] no ensino médio, eu acho que é um papel não só da filosofia, mas faz parte do ensino, de fundamental importância para que o indivíduo possa se aprofundar, ter criticidade, mas para ser um cidadão, consciente de seus direitos, de suas obrigações. Esse é o papel da filosofia no meu entender, fazer com que os alunos, eles reflitam, questionem, nunca aceitem o que está em evidência, questionando, acho que um dos principais aspectos da filosofia é isso.

No documento das OCNs estão definidas as habilidades que deverão favorecer o desenvolvimento de competências de: representação, comunicação, investigação, compreensão e contextualização sociocultural. A estas habilidades relacionam-se as capacidades de: ler e produzir textos filosóficos e não filosóficos de modo significativo;



perceber os significados postos nos textos filosóficos, fazendo a correlação deste com os aspectos da realidade; dialogar e debater.

Segundo o professor Juliano, a disciplina no ensino médio envolve a problematização desencadeada com três ações: desnaturalizar; conceituar e argumentar; o que ele denomina de tarefas, tendo por objetivo promover “[...] uma compreensão da realidade mais sólida” (professor Juliano).

Tem o primeiro papel de *problematizar*, através das questões que a gente leva para os alunos debaterem, analisarem, mas se formos sintetizar a gente pode pegar mais ou menos três palavras. Primeiro para *desnaturalizar* as concepções que eles têm da realidade. Uma segunda característica que vem ter a filosofia no ensino médio é levar o aluno a capacidade de *conceituar*, onde ele vai aprender a definir, a ter uma compreensão dos conhecimentos da realidade, fazendo isso, o aluno vai conseguir mais ou menos, na medida do possível, investigando aquilo que se propaga no real. A terceira questão é a capacidade de *argumentos*, o que é que se compreende por argumentação? É onde ele vai aprender a consolidar pontos de vista diferentes, vai ter a preocupação de muitas vezes defender um ponto de vista. Basicamente isso, a filosofia no ensino médio para mim deve ser capaz de proporcionar isso. (grifos nossos)

Desse modo, instituindo um projeto de formação que favoreça a crítica, a formação de conceitos e a capacidade de defender pontos de vista, poderia, na concepção do professor, evitar que os jovens apreendessem a realidade como algo natural. Em sua fala, o professor demonstra conhecer as OCNs e, ao mesmo tempo, revela a capacidade de adaptar as determinações oficiais à realidade dos seus alunos.

Os professores Pedro e Margarida ressaltam que a filosofia tem um papel conscientizador:

[...] à Filosofia, eu atribuo um papel conscientizador [...] e por conta disso, até libertador, no sentido mesmo do pensamento, ajuda a quem tem contato com a disciplina ter um pensamento capaz de questionar e também não aceitar as coisas como elas são. Eu vejo também por essa capacidade de pensar por si mesmo, fundamentar este pensamento e, pensar de forma crítica, que é uma contribuição bastante particular da Filosofia e que falta bastante nas nossas relações sociais, em todas elas. (PROFESSOR PEDRO).

[...] eu acho que a filosofia no ensino médio ela tem um papel fundamental, enquanto disciplina que instigue o aluno a desenvolver uma consciência crítica e reflexiva sobre a realidade a qual está inserido, não só isso porque eu acho que



essa questão da consciência crítica é papel da educação como um todo, só que, o que está ocorrendo que isso fica sempre jogado para os professores de filosofia ou de humanas “ah, vocês têm que trabalhar a consciência crítica dos alunos, isso! (PROFESSORA MARGARIDA)

As reflexões dos professores coadunam com o pensamento de Severino (2003), Kohan (2000, 2002), Fávero (2002) e Ghedin (2000) que, por caminhos metodológicos e epistemológicos diversos, apresentam como objetivo central para a filosofia a formação de um indivíduo crítico, questionador, autônomo em seus posicionamentos e coerente em seus argumentos.

Três questões que mobilizam os estudiosos do ensino de Filosofia, quais sejam: O que diferencia a disciplina das outras trabalhadas nesse nível de ensino? Pode a Filosofia ser apreendida, ensinada e pensada da mesma forma que as demais disciplinas? A quem caberia a investigação dessa problemática, à pedagogia ou à filosofia? Também estão presentes nos discursos dos professores entrevistados:

[...] bom, na realidade é uma disciplina pedagógica, ela tem que ser pensada de forma pedagógica. Eu acredito que o papel dela é igual ao de qualquer outra disciplina, no caso, com a especificidade da área de filosofia, mas, no caso de uma educação mais ampla, eu acredito que o papel da filosofia é igual ao papel de qualquer outra disciplina que se propõe estabelecer o nível de conhecimento do ensino médio. [...] (PROFESSOR DAVI)

Sobre esse ponto, Paviani (2002) afirma que “[...] sem uma compreensão adequada a filosofia pode ser vista como conhecimento igual aos demais [...]” (p. 42), o que nos remete às questões que envolvem desde a concepção do que é Filosofia e sua possibilidade de ensinabilidade, até a formação dos professores. Essa problemática toma outras dimensões na sala de aula em que novos desafios se apresentam cotidianamente aos docentes, tanto de natureza filosófica (ética, epistemológica) quanto de natureza pedagógica (conteúdos, metodologias, avaliação, material didático, relação professor/aluno).

Professor de filosofia: uma opção ou uma contingência?

A formação do professor não pode estar circunscrita a um curso de licenciatura, a uma



certificação. Ser professor, constituir-se professor, exige constante reinventar-se. Para Pimenta (2000), a identidade não pode ser apreendida, concebida como imutável, externa, algo que pode ser alcançado, pois “é um processo de construção do sujeito historicamente situado. A profissão de professor, como as demais, emerge num dado contexto e momento histórico, como respostas a necessidades que estão postas pela sociedade, adquirindo estatuto de legalidade”. (p. 6)

Por que decidiram lecionar Filosofia? Essa foi a interrogação que lançamos aos professores, com o intuito de identificar os aspectos mais importantes na escolha dessa disciplina. As respostas revelaram que para quase a totalidade dos professores entrevistados, a escolha pela docência em Filosofia foi resultado das circunstâncias, sejam elas educacionais, institucionais ou financeiras.

Para o professor Silvio, formado em Ciências Sociais, o próprio sistema o obrigou a lecionar a disciplina para completar sua carga horária. Ele ressaltou que não foi o fato de estar cursando uma especialização em Filosofia: “não foi nem minha especialização que me levou a dar aula de Filosofia e sim o contrário, o que é meio complicado, o sistema educacional funcionar dessa forma, você está colocando assim os seus pés no buraco”.

O conhecimento, ou o domínio do conhecimento necessário para o exercício da sua profissão, coloca ao professor a necessidade de estar constantemente em formação, ou pelo menos, acompanhando as publicações na sua área. No entanto, é preciso ressaltar que o fato dos professores, após a contratação, serem obrigados a lecionar disciplinas diferentes da sua formação não pode ser pensado como bom, desejável, pois nem sempre o professor pode ou tem condições objetivas de se preparar para os desafios que surgem em relação aos saberes que precisa ensinar.

A imposição do ensino da disciplina de Filosofia para complementar a carga horária, também aconteceu com o professor Ronaldo, formado em Geografia. No caso da professora Margarida, a docência não estava em seus planos quando resolveu fazer o curso de Ciências Sociais. Seu objetivo era ser cientista política. Entretanto, começou a



despertar para a profissão na disciplina de estágio, o que no final do curso a levou a fazer o concurso para professor de Sociologia. A lotação em Filosofia, também ocorreu como forma de complementar sua carga horária.

Mesmo para os professores que tem a formação em Filosofia, a docência não se configurou como uma opção, mas uma consequência, seja da formação em curso de licenciatura, da formação clerical (como é o caso do professor Juliano), ou ainda pela possibilidade de assumir o papel de liderança, como afirma o professor Pedro:

na Faculdade, nas disciplinas pedagógicas, eu comecei a perceber que a gente como professor tem o contato com muitas pessoas, muitos alunos principalmente. Ainda hoje o professor tem essa referência de líder, ele tem essa capacidade de gerenciar, tem como ser reconhecido pela autoridade da nossa fala, dependendo de como a gente fala, com propriedade, se a gente tem seriedade no trabalho, [...] Mas eu pensei em ser um professor de filosofia para contribuir mais para uma sociedade melhor, no momento em que a gente ajuda essas pessoas a desconstruir algumas ideias falsas que existem na sociedade, ajudar as pessoas a construir ideias novas a modificar algumas ideias já existentes, foi tudo isso.

Para o professor Batista, que inicialmente queria estudar psicologia e acabou cursando Ciências Sociais e Filosofia, a docência não foi sua meta, inicialmente seu objetivo era ser pesquisador. Em suas palavras:

[...] a minha pretensão não era ensinar filosofia, minha pretensão era ser só pesquisador, porque uma forma de você está construindo conhecimentos é, fazendo pesquisa, e, mais ainda consegui conciliar pesquisa e ensino. [...] vou começar agora a estar com uma bolsa do PIBID de sociologia, eu já fiz duas seleções do PIBID em filosofia na UFC também, para acompanhar essa educação, e quais as implicações, os problemas da filosofia e da sociologia no ensino médio.

O que diferencia o pesquisador do professor? No campo da Filosofia a dicotomização entre uma formação para a pesquisa (bacharelado) e uma formação para o ensino (licenciatura) ainda é muito presente, apesar de ser constantemente alvo de críticas. Nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Filosofia essa dualidade não só não está resolvida, como está eivada de contradições, chegamos a ver no documento a exortação de que a licenciatura e bacharelado devem favorecer uma ampla e sólida formação sem distinções e, em seguida, especificar que para ensinar no



nível médio a formação deve ser a licenciatura e para a docência no ensino superior e a pesquisa, o bacharelado.

Os estudos sobre a construção da identidade profissional do professor buscam, a partir dos saberes necessários para o exercício da profissão docente, apreender como e quais elementos estão entrelaçados na constituição do "ser professor". Segundo Pimenta (2000, p. 6) os cursos de licenciatura “para além da finalidade de conferir uma habilitação legal ao exercício profissional da docência, do curso de formação inicial se espera que forme o professor” ou que contribua, vale ressaltar, decisivamente para o exercício de sua profissão.

A identidade profissional se constrói e reconstrói num processo de confronto entre as teorias e as práticas e da mobilização dos saberes que nascem da experiência, do conhecimento e dos saberes pedagógicos. “Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições. Como, também, da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas.” (Idem, p. 7)

Buscando construir caminhos metodológicos

- Conhecendo as dificuldades

Os professores na sua prática docente diariamente se veem diante de desafios e questões que precisam de respostas rápidas, desse modo precisam mobilizar os saberes da experiência que são gestados no cotidiano, na vivência como aluno, nas expectativas sociais, culturais de uma época, nas representações que a sociedade constrói e veicula sobre o que é ser professor e os saberes do conhecimento, num processo permanente de reflexão sobre a sua prática, mediatizada pela de outrem e pelas teorias.

O modo como os docentes enfrentam os obstáculos, resolvem os conflitos que ocorrem no dia-a-dia da sala de aula, requer que os mesmos tenham clareza de quais são as principais dificuldades para desenvolverem o trabalho com a disciplina. Os professores entrevistados assinalam as seguintes: a carga horária, o material didático, a falta de



interesse dos alunos em relação a disciplina que está acompanhado do fato de não perceberem a importância do saber filosófico, a questão da avaliação seja a interna ou externa e, o fato de nem todos os professores que ministram a disciplina terem a formação em Filosofia.

A carga horária da disciplina aparece como um obstáculo para a realização do trabalho. Mesmo com a obrigatoriedade da disciplina em todos os anos do ensino médio não há uma regulamentação da carga horária, no caso do Estado do Ceará perfaz um total de 120 horas distribuídas nos três anos do ensino médio. O que na prática gera situações onde um professor para completar sua carga horária semanal precisar dar aulas em 32 turmas, como é o caso da professora Margarida:

[...] falando da carga horária também, acaba gerando esse número excessivo de turmas, porque como é só uma aula, para o professor de filosofia que dá uma aula em outra escola que é o meu caso e professor que tem 200 horas como eu, tem que trabalhar 40 horas por semana, sendo que destas, oito é planejamento, então são 32 turmas e salas de aula, isso chega até a ser desumano, e tem o aspecto burocrático, diário, provas, trabalhos, então realmente é muito complicado.

O que significa que o professor deverá se deslocar para diferentes escolas e durante o ano letivo terá aproximadamente mil alunos já que cada turma tem em média de 40 a 50 alunos. Para além do número de turmas e alunos está a questão de ser uma aula por semana, 50 minutos nos turnos diurnos e 40 minutos no noturno.

O tempo das aulas é o complicado, porque nós temos só 50 minutos para trabalhar um conteúdo de filosofia e exigir desse conteúdo. Então, tanto o tempo, como a questão da própria organização, eu tinha aula, toda sexta-feira a última aula de filosofia, você pega o aluno cansado, você tem que trabalhar com uma disciplina que vai exigir um nível racional muito grande, é complicado, e o tempo das aulas é problemático. (PROFESSOR BATISTA)

Aliado a isso, outra dificuldade que é ressaltada em todas as entrevistas, diz respeito ao material didático, melhor dizendo, ao acesso ao livro didático⁵. A falta de material didático é um ponto negativo, na medida em que não favorece aos alunos o contato mais

⁵ Os professores afirmaram que no município do Crato, o livro didático não chegou em número suficiente para todos os alunos.



direto com a filosofia, visto que, nas escolas quando há uma biblioteca faltam obras filosóficas para a consulta. Nesse sentido, o livro didático aparece com uma ferramenta importante não somente para um maior aprofundamento do conteúdo na sala de aula, mas, principalmente, porque se torna uma possibilidade de acesso ao conteúdo fora das escolas e, para muitos a única fonte.

Os professores criam estratégias para resolverem ou amenizarem o problema como apostilas, textos de jornais, revistas, letras de música, documentários, filmes e textos produzidos por eles. O trabalho com diferentes metodologias/linguagens favorece o aprendizado, no entanto, não minimiza a necessidade de que haja a disposição dos jovens bibliotecas com acervo para leitura e pesquisa de obras filosóficas, bem como, do acesso ao livro didático.

Aliado a essas dificuldades, segundo os professores, está à falta de interesse dos jovens pela disciplina, “[...] a falta de interesse dos alunos, o aluno não compreende a verdadeira importância desta disciplina não só pela questão curricular, mas também para sua própria vida, não aproveitando a própria disciplina.” (PROFESSOR RONALDO).

O professor Juliano adverte que não há no Brasil uma tradição filosófica no ensino médio, que ocorre devido a disciplina nem sempre ter ocupado um espaço no currículo escolar, e enfatiza “depois destes anos de retirada da filosofia, fizeram com que a filosofia aparecesse como uma coisa sem muita importância”. A Filosofia⁶ enquanto disciplina no ensino médio, tem uma existência ambígua, desde sua introdução no Brasil pelos jesuítas no século XVI, constando na estrutura curricular em diferentes momentos como disciplina, obrigatória, complementar, optativa, da parte diversificada, e, nalgumas reformas suprimidas do currículo, como na Lei 5692/71.

Kohan (2002) discutindo os “como” da filosofia no ensino médio brasileiro apresenta três perspectivas metodológicas mais presentes no ensino da filosofia, baseada na história da filosofia, em problemas filosóficos e no ensino de habilidades cognitivas

⁶ Para um aprofundamento sobre a história do ensino da Filosofia no 2º. grau ver os trabalhos de Maciel (1959); Capalbo (1992); Cartolano (1985) e Costa (1992).



e/ou atitudes filosóficas. No universo das escolas pesquisadas pudemos constatar a presença dessas três perspectivas na prática dos professores, segundo o professor Juliano:

(...) um discurso sobre o que ensinar filosofia ainda é muito complicado, para alguns (...) a compreensão que se tem é que trabalhar a filosofia, é trabalhar a partir de fragmentos de textos, com seleta de textos; outros querem trabalhar a história da filosofia, tem a questão do conceito, tem a questão dos temas. (...) Trabalhar a partir de textos, não dá para trabalhar plenamente; trabalhar história da filosofia, o aluno não internaliza muito estes conceitos; trabalhar os temas fica muito a base de gavetas, um tema não tem uma relação com o outro. Então, qual das três propostas? (...) o ideal seria que se pudesse trabalhar com estes três elementos, trabalhar com o texto basicamente, que é uma proposta que vez por outra aparece, tem a vantagem de colocar o aluno direto com o modo de construção do conhecimento do filósofo, que ele avalia, e, ajuda em sua formação conceitual, o trabalho com a história tem essa finalidade de contextualizar.

A professora Margarida também enfatiza que a maior dificuldade “[...] é você puxar o aluno para a disciplina [...] tanto a filosofia como a sociologia no ensino médio, acabam discriminando, há um descrédito dos alunos com relação à disciplina e se você tenta mostrar para eles a importância de se ter a filosofia”. Tarefa cotidiana, hercúlea, pois “nessa era de facebook da vida, de Orkut da vida, você fazer o aluno está preocupado em refletir, é um papel desafiador, é você despertar o interesse do aluno, prender a atenção dos alunos para você tentar trabalhar aquele conceito ou aquela ideia”.
(PROFESSORA MARGARIDA)

O fato de que nem todos os professores que lecionam a disciplina são graduados em Filosofia pode estar na raiz da resistência dos alunos, segundo o depoimento dos professores, “isso é um dos grandes problemas da educação, tem pessoas de determinadas disciplinas que não estão assumindo sua área de formação, prejudicando até a compreensão do próprio aluno, mas, vai depender muito do professor também, se ele gostar então pode melhorar sua atuação”. (PROFESSOR RONALDO)

Esse problema se torna ainda mais grave, quando pensamos que não se restringe somente ao Estado do Ceará, se constituindo como uma problemática nacional e por abarcar outras áreas do conhecimento. Segundo informações oficiais há no país uma



carência muito grande de profissionais da educação para diversas áreas⁷. Apesar dos dados da pesquisa demonstrarem uma melhora significativa, pois em trabalhos realizados anteriormente, durante os anos de 2002 a 2004, junto aos professores do Município, constatamos que o quadro de professores formados em Filosofia mais que triplicou, entretanto, essa prática se encontra respaldada na própria legislação⁸ do Estado do Ceará que abre brechas para essa situação.

Os professores Pedro, Juliano e Silvio complementam esta discussão destacando que o fato da disciplina não ter caráter reprovativo acaba gerando menos interesse e participação dos alunos nas aulas.

Para o professor Davi estas dificuldades estão relacionadas não somente ao ensino de filosofia, mas sim a profissão de professor, ao status, papel e importância do ofício: “eu acho que as dificuldades elas vem através mesmo da valorização do trabalho que é da nossa sociedade, então a gente desenvolve um trabalho, que digamos não dá muito rendimento, é basicamente isso.” Ou seja, as inquietações inerentes ao ensino de filosofia aparecem como a ponta do iceberg, de um problema que é muito maior, e atinge todo o sistema educativo e social e recai sobre a profissão de professor. O profissional da educação enfrenta uma luta constante contra as condições desfavoráveis a um ensino de qualidade, a necessária formação humana entendida como “[...] o amadurecimento, o desenvolvimento dos estudantes como pessoas humanas [...]” (SEVERINO, 2002, p. 185).

⁷ Com o objetivo de sanar esse problema o Ministério de Educação através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica lançou em 2009, os cursos de formação de professores de primeira e segunda licenciatura nas modalidades presencial e a distância (Plataforma Paulo Freire).

⁸ § 3º A carência de professor legalmente habilitado para a docência dessas disciplinas, comprovada pelo cadastro da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), mediante os órgãos regionais, poderá ser suprida, temporariamente, até ulterior deliberação deste Conselho, por professor que apresente: I – Solicitação, ao órgão regional da SEDUC, de autorização temporária para o professor, feita pela instituição escolar ou pela mantenedora respectiva. III – Diploma de Licenciatura Plena em qualquer área, tendo cursado, e registrado no histórico escolar, pelo menos 90 créditos (equivalente a 1350h) de disciplinas de conteúdos filosóficos ou sociológicos, para lecionar Filosofia ou Sociologia, respectivamente. (RESOLUÇÃO Nº 422/2008 – CEE)



Traçando planos

Há uma determinação da Secretaria de Educação do Estado do Ceará de que os planejamentos sejam feitos em encontros por áreas (Humanas, Linguagens e Códigos), possibilitando a troca de experiências e o desenvolvimento de projetos interdisciplinares.

Nas entrevistas os professores foram convidados a falar sobre o planejamento da disciplina e enfatizam que o plano por área (Filosofia, Sociologia, História e Geografia) se constitui num momento de troca de experiências, socialização dos materiais, metodologias e dificuldades. Na maioria das escolas o encontro da área para planejamento é feito semanalmente e, em outras, quinzenalmente.

O conteúdo trabalhado na disciplina segue as orientações do MEC e da SEDUC, a História da Filosofia no primeiro e segundo anos e, no terceiro ano, temáticas filosóficas. A definição do conteúdo está relacionada com o livro didático adotado⁹ e, para alguns professores, de acordo com as questões exigidas pelo ENEM. Somente um professor trabalha no 2º ano a discussão da Filosofia no Brasil.

Perguntamos aos professores quais os critérios que utilizam para a escolha dos livros e textos que são utilizados na disciplina, a linguagem, ou seja, o texto precisa ter clareza, trabalhar os conceitos de forma acessível, aparece como prioridade. Segundo o professor Ronaldo é necessário que o livro seja interessante “trazendo a análise de músicas, por exemplo, então são estes critérios, se o texto está adequado com o nível do aluno e se dá muita opção de *insight*, de a letra de uma música, de relacionar, para auxiliar, na aprendizagem, do aluno, são basicamente estes critérios.” Para o professor Pedro são considerados: a adequação com o acordo ortográfico, a diversidade no tratamento das questões filosóficas, “se trabalhava principalmente com os Temas do

⁹ Os livros que são adotados nas escolas no ano de 2012: *Filosofando: Introdução à Filosofia* das autoras Maria Lúcia de A. Aranha e Maria Helena Martins e o livro *Iniciação à Filosofia: ensino médio* de autoria de Marilena Chauí, o primeiro foi adotado por oito das onze escolas de ensino médio do município e o segundo adotado somente por três.



Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, se estava de acordo com as competências e habilidades determinadas pelo MEC.”

A escolha do livro para a professora Margarida foi baseada no Plano de Curso, levando em conta os objetivos, os conteúdos definidos, as temáticas cobradas no ENEM, dessa forma, segundo ela, buscou-se escolher o livro que melhor se adequasse. Somente um professor questionou a lista de três livros enviada, como uma pré-seleção do MEC, o que para ele descaracterizou e tolheu a liberdade do professor.

Entre os critérios elencados pelos professores para seleção dos livros didáticos, a preocupação com o ENEM foi um elemento que não prevíamos. A preocupação com a linguagem como bem ressaltam os professores é fundamental na escolha do livro, considerando que dependendo de como o livro se organiza e expressa os conceitos filosóficos pode proporcionar ou não uma melhor compreensão por parte do aluno. Paviani adverte que “[...] O acesso aos textos filosóficos exige [...] além de prestar atenção ao gênero científico-literário, a cena histórica onde a questão é posta, aos conceitos, [...] ao estilo, às qualidades da escrita e as outras estratégias [...] situação social e histórica [...]” (2002, p. 52)

Ter como critério para a escolha do livro a adequação as exigências do ENEM, pode não causar estranhamento quando nos referimos a outras disciplinas, no entanto, nos questionamos se os professores tem clareza acerca das implicações, sejam positivas ou negativas, para a disciplina nesse nível de ensino.

A metodologia trabalhada em sala, não pode ser pensada de forma dissociada de um conjunto de fatores como o tempo, o conteúdo, o material e a formação dos professores. A aula expositiva é a mais utilizada por todos os professores entrevistados, segundo eles, aula expositiva dialogada. No entanto, ressaltam que uma aula expositiva dialogada, requer tempo para a reflexão e leitura dos alunos. O professor Juliano descreve sua metodologia, “normalmente eu apresento um esquema para despertar o interesse e a discussão pela turma, para o diálogo, fazendo o aluno se inserir na discussão, só depois, apresento o pensador. E na verdade isso faz com que o assunto



fique mais próximo do aluno, auxiliando na compreensão dele”. Ressalta ainda, que com essa metodologia e nos limites dos alunos consegue “[...] fazer uma discussão, e eu costumo fazê-los problematizar também os textos. A exposição também é utilizada porque ela ajuda a captar melhor o conteúdo, e porque o aluno vai ao encontro daquilo que está sendo problematizado” (PROFESSOR JULIANO).

Para que o trabalho com a filosofia possa realmente lograr êxito, para o professor Pedro, se faz necessário, que se trabalhe com uma metodologia em que a leitura e a escrita dos alunos recebam uma atenção especial. Favorecer o trabalho de análise e crítica dos alunos é, para o professor, uma das formas de se preparar os jovens para a leitura da realidade, portanto, na sala utiliza textos (jornais escritos, jornais de TV), sites como “Só Filosofia”, “Portal do professor” como material complementar. Esta visão é compartilhada também pela professora Bruna que ressalta a questão da leitura filosófica e da crítica, da necessidade de ajudar os alunos a superar uma visão imediatista e preconceituosa da realidade e, nesse mesmo sentido, a professora Margarida enfatiza a busca por dinamizar a aula com recursos audiovisuais, vídeos.

Praticamente todos os professores demonstram que mesmo em meio a condições de trabalho desfavoráveis, estão buscando desenvolver metodologias que tornem o ensino de filosofia mais dinâmico, com o intuito de possibilitar aos alunos uma aproximação maior com os conceitos filosóficos. Isso é perceptível pelo uso de recursos como a música, os vídeos, os blogs, que estão sendo cada vez mais utilizados pelos professores como tentativa de aproximar os conhecimentos filosóficos ao universo dos jovens.

Dessa forma o uso de novas metodologias, em concomitância com uma perspectiva mais crítica de ensino de filosofia, abre espaço para que os jovens possam compreender o seu contexto de modo mais profundo, e perceber a importância da filosofia para sua vida.

A forma como o professor seleciona o conteúdo, prepara e ministra a aula está diretamente relacionada com os objetivos que traçou como meta, e a avaliação deve ser, pelo menos em tese, pensada na perspectiva de uma auto-avaliação (planejamento,



metodologia, conhecimento da realidade da turma) e uma avaliação da aprendizagem dos alunos. Questionamos os professores sobre que avaliação eles consideravam mais adequada para o trabalho com a filosofia no ensino médio. Na resposta destes fica claro o conflito entre o que deveria ser e o que na realidade acontece, e isso por fatores que já destacamos desde o início do texto. Não podemos nos prender no dever ser, nem nos acorrentarmos nas ‘grades’ do estabelecido, pois se assim o fizermos, o estabelecido, que é histórico, tende a se naturalizar e se tornar definitivo, não sujeito a mudanças. Por isso que ao fazermos o questionamento aos professores sobre a avaliação não perguntamos “como eles realizam a avaliação na disciplina”, não precisaríamos de uma entrevista para sabermos disso, esse dado já era do nosso conhecimento, já está nos planos de aula e de curso. O que nos moveu foi ver como os professores percebiam, vivenciavam essa tensão entre o que deveria ser e o que a realidade objetiva em dadas circunstâncias permite que se faça, nesse sentido, o depoimento do professor apesar de longo, será transcrito na íntegra:

A avaliação mais adequada a gente ainda está buscando desenvolver, porque, tem atividades individuais, não tem atividades em dupla, debates, a própria colocação deles na sala de aula, quando a gente faz uma pergunta, alguns fazem uma colocação, com muita eficácia, o aluno que sabe argumentar bem as suas ideias, tudo isso a gente tem como avaliar, mas aquela avaliação, mais sistematizada, a gente não tem como fazer. O aluno vai produzir um texto, não temos como fazer aquele acompanhamento para deixar o texto pronto, mexer na ideia, retirar um argumento, colocar outro, ler o material e depois voltar a reescrita do texto. Para realizar, por exemplo, uma atividade desta, o ideal seria que a avaliação desta atividade fosse concluída quando se considerasse que o texto está pronto, um texto sobre o valor moral, o menino faz uma vez, a gente olha, lê e não dá para ficar três, quatro aulas aprontando um texto bem escrito ou orientando trabalhos para a apresentação de um debate. Olhar o material que cada um tem, sugerir algum material, ficar com eles fora da aula para escutar que tipo de ideias estão tendo, como é que eles pretendem apresentar isso. Esse tipo de avaliação é o que se pretende fazer, uma atividade que você vai preparar em seis, oito aulas. Sendo que só é uma aula por semana, as disciplinas de Filosofia e Sociologia, não se encaixam nestes moldes. (PROFESSOR PEDRO)

Entre o ideal e o real os professores percebem que uma avaliação contínua, procesual, quando se tem 32 turmas, com uma aula por semana e mais de mil alunos para avaliar, é impossível de se realizar. Fica difícil saber se ocorreu uma aprendizagem, como lembra o professor Silvio “[...] não dá para dizer assim aprendeu, é muito mais um



espécie de memorizar, decorar, eu tento, fazer uma prova, por exemplo, e é como se eles não compreendessem e para passar eles memorizam, decoram, sabe a aprendizagem não se concretiza, mesmo.”

A questão não está somente em se avaliar ou não por provas, com atividades em dupla, apresentação de trabalhos, mas de que forma podemos saber se os alunos compreenderam, reelaboraram os conceitos ou se simplesmente memorizaram para obter uma nota 10 numa prova.

A definição por uma estratégia de avaliação esta marcada pelas condições objetivas do trabalho desses docentes, que a partir das dificuldades que se apresentam, pela pressão que estes enfrentam pelos resultados, que multiplicados expressam-se em provas quantitativas de mais de 1000 alunos como é posto na fala da professora Margarida, precisam dar respostas imediatas. Diante dessa realidade acabam realizando como podemos ver, provas de cunho mais informativo e memorístico, para poder dar conta da “avaliação” de todos os alunos e da correção em tempo hábil para entrega desses resultados.

Por entre veredas e atalhos: o caminho também se faz na caminhada

Tanto o partir e o chegar só tem significado em função do caminhar. Sem o caminhar, partir e chegar constituem fuga. Uma desculpa para evitar a estrada longa e áspera. (Arduino)

É importante ressaltar que não tivemos como propósito fazer julgamentos das ações dos professores como boas ou ruins, adequadas ou inadequadas, pois compreendemos que não se pode entender e estabelecer julgamentos sobre uma prática sem uma compreensão mais profunda de como esta se efetiva. O que salientamos como relevante são as condições a que estão submetidos os professores de filosofia no desenvolvimento de sua prática docente. Condições estas que passam pela carga horária, ao número de turmas e de alunos, a falta de material didático, ao status que as disciplinas como a Filosofia, Sociologia e Artes ocupam, relegadas por vezes, a categoria de complementação de carga horária, não sendo dada a devida importância as mesmas, e



muito menos aos professores que, muitas vezes, precisam se desdobrar trabalhando com diferentes disciplinas, que não estão efetivamente habilitados para atuar, requerendo dos mesmos, leitura, aprofundamento. A todos esses aspectos some-se ainda, a desvalorização da profissão, os baixos salários, a falta de estrutura das escolas.

Plagiando Arduino, podemos afirmar que se a realidade atual do ensino da Filosofia ainda não corresponde ao que se deseja, é hora de arregaçarmos as mangas e construirmos os caminhos que melhor possam dar conta do aspecto formativo da Filosofia e, nesse percurso, a caminhada é longa e por vezes áspera, as estradas podem nos levar a veredas, a becos sem saídas, a que devemos estar atentos para fazer a crítica e a recomeçar sempre que for preciso.



Referências bibliográficas

ARDUINI, Juvenal. **Estradeiro - Para onde vai o homem?** São Paulo: Paulinas, 1987.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: ciências humanas e suas tecnologias**/Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC\SEB, 2008.

CAPALBO, Creusa. A situação da Filosofia no sistema brasileiro de ensino. **Revista Brasileira de Filosofia** v.xxx fasc. 114:213-218 Abr./Maio/Jun 1992.

CARTOLANO, M. Tereza P. **Filosofia no 2º: estudos realizados em escolas de Campinas -SP**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1985.

COSTA, Marisa Voraber. O ensino da Filosofia: revisando a história e as práticas curriculares. **Educação e Realidade**, Porto Alegre. 17(1): 49-58. jan/jun 1992.

GHEDIN, Evandro. A Problemática da Filosofia no Ensino Médio. In: FAZOVERO, Altair (org.) **Um olhar sobre o ensino da Filosofia**. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

KOHAN, W. O. Perspectivas Atuais do Ensino de Filosofia no Brasil. In: FAVERO, Altair (org.) **Um olhar sobre o ensino da Filosofia**. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

KOHAN, W. O. (org.). **Ensino de Filosofia: perspectivas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

KOHAN, Walter Omar; GALLO, Sílvio. *Crítica de alguns lugares-comuns ao se pensar a filosofia no ensino médio*. In KOHAN, Walter Omar; GALLO, Sílvio (orgs) **Filosofia no ensino médio**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Vol. VI

MACIEL, Carlos Frederico. **Um estudo pesquisa sobre o ensino secundário de Filosofia**. Recife: Centro Regional de Pesquisa Educacional do Recife; Brasília. MEC/INEP, 1959.



PAVIANI, Jayme. Filosofia do Ensino da Filosofia. In: FAVERO, Altair (org.) **Um olhar sobre o ensino da Filosofia**. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S. G. (org.) **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

PIMENTA, S. G. Formação de professor – saberes da docência e identidade do professor. **Nuances – Estudos sobre Educação**, UNESP, São Paulo, Vol. III, N. 3, Setembro de 1997

SEVERINO, A. J. O ensino da filosofia: historicidade do conhecimento e constitutividade da aprendizagem. In: GALLO, S.; CORNELLI, G.; DANELON, M. (Orgs). **Filosofia do ensino da filosofia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.